



Universidade e desigualdade social: a difícil superação da falsa disjuntiva entre teoria e prática*

*Marilis Lemos de Almeida**

Resumo

Este trabalho visa a apresentar a experiência da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) de construção de diálogos com a comunidade por meio de atividades de extensão envolvendo alunos de graduação com perfis de baixa renda. Duas dimensões são destacadas, a primeira é a contextualização das ações afirmativas no ensino superior brasileiro e na UFRGS e a segunda é relativa às mudanças na concepção que rege a extensão, pautada pelo compromisso social e pela indissociabilidade entre pesquisa, ensino e extensão.

Em particular analisamos o Programa Conexões de Saberes, o qual está estruturado em territórios de atuação juntos às comunidades ou segmentos sociais vulneráveis do ponto de vista econômico, social ou político. O Programa analisado constitui-se em uma prática inovadora que atinge três frentes: busca oportunizar condições para que alunos de baixa renda se mantenham na Universidade, integrando, portanto o rol das ações afirmativas; procura restabelecer os vínculos entre universidade e sociedade, rompendo seu alheamento frente à realidade social e política; estabelece uma nova prática acadêmica de diálogo com as comunidades e valorização dos saberes não-acadêmicos.

As atividades são desenvolvidas ao longo do ano letivo, com tempo de vínculo máximo do aluno com o Programa de dois anos. Durante este período os alunos, sob orientação de docentes da Universidade, desenvolvem atividades supervisionadas com populações específicas. A atuação da Universidade no âmbito local e a presença de alunos de origem popular, hoje nos bancos da Universidade, em regiões de baixa renda contribuem para reverter o isolamento da Universidade e de distanciamento do saber acadêmico. Não sem tensões e con-

Recibido: 25-04-11/ Aceptado: 05-05-11

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Correo electrónico: marilis_almeida@yahoo.com.br.

flitos, o Programa contribui para a discussão sobre o papel da Universidade e sobre a prática acadêmica em um contexto de desigualdades sociais profundas e em um país com alto grau de diferenciação social. O artigo tem por objetivo, a partir da apresentação desta experiência, discutir o papel da Universidade no processo de transformação social com vistas à redução das desigualdades sociais.

Palabras clave: Desigualdade social, extensão, universidade.

Universidad y desigualdad social: la difícil superación de la falsa disyuntiva entre teoría y práctica

Resumen

Este trabajo tiene como objetivo presentar la experiencia de la Universidad Federal de Rio Grande do Sul (UFRGS) en la construcción de los diálogos con la comunidad por medio de actividades de extensión que involucran estudiantes universitarios con perfiles de bajos ingresos. Dos dimensiones se destacan, la primera la contextualización de la acción afirmativa en la educación superior en Brasil y en la UFRGS y la segunda se relaciona con cambios en la concepción de extensión, impulsada por el compromiso social y por la integración entre la investigación, docencia y extensión.

En particular se analiza el Programa de Conexiones de Saberes, el cual está estructurado en territorios de actuación junto a las comunidades o sectores vulnerables desde el punto de vista económico, social o político. El programa analizado se constituye en una práctica innovadora que atiende a tres frentes: busca crear las condiciones para que estudiantes de bajos ingresos se mantengan en la Universidad, integrando por lo tanto, el papel de la acción afirmativa; trata de restaurar los vínculos entre la universidad y la sociedad, rompiendo su alejamiento frente a la realidad social y política; establece una nueva práctica académica de diálogo con las comunidades y la valorización de los saberes no académicos.

Las actividades se desarrollan a lo largo del año escolar, con tiempo máximo de de dos años de participación del estudiante con el programa. Durante este periodo los estudiantes bajo la guía de profesores de la Universidad, desarrollar actividades supervisadas con poblaciones específicas. La actuación de la Universidad en el ámbito local y la presencia hoy de estudiantes de origen popular en los bancos de la Universidad, en áreas de bajos ingresos contribuyen a revertir el aislamiento de la Universidad y el distanciamiento de los conocimientos académicos. No sin tensiones y conflictos, el programa contribuye a la discusión sobre el papel de la Universidad y sobre la práctica académica en un contexto de profundas desigualdades sociales y

en un país con un alto grado de diferenciación social. El artículo pretende, a partir de la presentación de esta experiencia, discutir el papel de la Universidad en el proceso de transformación social dirigida a reducir las desigualdades sociales.

Palabras clave: Desigualdad social, extensión, Universidad.

The University and Social Inequality: Difficulty in Overcoming the False Duality Between Theory and Practice

Abstract

The objective of this work is to present the experience at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) in constructing dialogs with the community through extension activities that involve low-income university students. Two dimensions are highlighted: the first, the contextualization of affirmative action in higher education in Brazil and at the UFRGS; the second relates to changes in the concept of extension, impelled by social commitment and integration among research, teaching and extension.

In particular, the study analyzes the Knowledge Connection Program, which is structured into territories for action together with communities or sectors that are vulnerable from the economic, social or political viewpoint. The program under analysis is an innovative practice that responds on three fronts: it seeks to create conditions so that low-income students stay at the University, thereby integrating the role of affirmative action; it tries to restore links between the university and society, breaking through the university's distance from social and political reality; and it establishes a new academic practice of dialog with the communities and valuing non-academic knowledge.

Activities are developed throughout the school year; students participate in the program for a maximum of two years. During this period, under the guidance of University professors, students develop supervised activities with specific populations. University action in the local environment and the presence of students from popular origins in the University in low-income areas contribute to reversing the University's isolation and the distancing of academic knowledge. Although not without tensions and conflicts, the program contributes to the discussion about the role of the University and academic practice in a context of profound social inequalities in a country with a high degree of social differentiation. Based on the presentation of this experience, this article proposes to discuss the university's role in the social transformation process directed toward reducing social inequalities.

Key words: Social inequality, extension, university.

Introdução

Em que pese os 61 anos decorridos da Declaração Universal dos Direitos Humanos as conquistas no terreno dos direitos sociais e culturais encontram-se longe do que o ideal de igualdade republicano proclama. A desigualdade social persistente no Brasil e reatualizada cotidianamente com base em diferenças sociais construídas, presumidas e imputadas aos indivíduos demonstra que a efetivação do que preconiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos depende de ações concretas. A prevalência de valores igualitários em nossas sociedades requer o "enraizamento" dos princípios da igualdade e do respeito à diferença como ponto de partida para alcançar a justiça social, pois nada mais imobilizador que supor, de forma irrealista, a igualdade social como "natural". A igualdade efetiva requer a promoção de iguais oportunidades aos indivíduos, o que passa pelo reconhecimento das diferenças.

Voltando aos clássicos das Ciências Sociais podemos resgatar três ideias centrais para a reflexão sobre o tema: a desigualdade, para Marx, um igualitarista, era percebida como geradora de injustiças sociais e tem origem creditada às diferenças econômicas; a desigualdade, para Weber, teria origem nas diferenças tanto econômicas, quanto culturais e a posição dos indivíduos nos campos econômico, social e político (se positivamente ou negativamente privilegiada) resultaria em acesso desigual a poder, riqueza e prestígio; por fim podemos ainda retomar a idéia durkheimiana de que os valores sociais compartilhados pelos indivíduos resultam em relações de solidariedade e preconceito. Em suma, a igualdade tem múltiplas dimensões e sua face formal que assevera a igualdade de todos perante a lei e que resulta em uma igualdade política não esgota o princípio igualitarista, nem se transpõe automaticamente para as demais dimensões, como a distributiva e a social. Poderíamos ainda acrescentar o conceito de Piovesan (2005: 43) de igualdade substantiva, que corresponderia "ao ideal de justiça como reconhecimento de identidades (igualdade orientada pelos critérios gênero, orientação sexual, idade, raça, etnia e demais critérios)".

No caso brasileiro, a despeito do reconhecimento da igualdade de todos os indivíduos, independente de cor, sexo, raça, religião ou orientação sexual, a prática histórica é mais bem caracterizada por uma peculiar articulação de mecanismos de discriminações, exclusões e violências que atingem uma parcela significativa da população, ainda que caracterizados como minorias sociais.

Para a transformação desta triste realidade as conquistas de direitos civis, políticos e econômicos são necessárias, mas de forma alguma suficientes. É imprescindível promover uma transformação cultural e social de tal forma que os Direitos Humanos, a justiça social e o respeito à diferença integrem o nosso imaginário social, gerando uma visão de mundo mais igualitarista, fraterna e tolerante.

O resgate e/ou construção de atitudes promotoras da tolerância, do respeito à diferença e da igualdade devem fazer parte do processo de formação dos cidadãos, iniciando no espaço escolar. Neste sentido destacam-se dois atores/territórios cuja contribuição é decisiva para este processo: a Universidade e a Escola Pública. Em ambos é possível estimular os alunos a refletir sobre a temática direitos humanos, levando-o a questionar suas próprias pré-concepções e seus valores morais e sociais, instigando-os a olhar e escutar o outro e a respeitar as diferenças existentes. Há um duplo ganho ao privilegiar estes atores. De um lado, considerando-se o elevado grau de inserção social das escolas e a extensa abrangência espacial e cobertura populacional da rede escolar verifica-se um ganho tanto de alcance, quanto de foco na ação. A partir desta estratégia de interação com a rede escolar é possível atuar localmente, nos bairros e comunidades onde se situam estas escolas, justamente locais nos quais se reproduzem as práticas cotidianas de violência, exclusão e discriminação. De outro lado, ligado ao papel transformador das escolas, atuar no território onde se dá a produção dos saberes e dos discursos que serão reproduzidos em outras esferas sociais permite obter um efeito difusor gigantesco que potencializa ações ali realizadas.

A universidade, por se constituir em um espaço de produção e de difusão do conhecimento, de formação e de sociabilidade, é importante e estratégica para a transformação do atual padrão de relações excludente e desiguais. Nas universidades brasileiras os pobres, os negros e os indígenas estão sub-representados, dificultando a ruptura com um círculo vicioso de pobreza e de baixa escolaridade. Portanto iniciativas que promovam a inserção e permanência destes grupos na universidade apresentam uma contribuição significativa gerando melhorias para os alunos para suas famílias.

Com o objetivo de estimular o debate sobre a contribuição da universidade na promoção dos direitos humanos e da justiça social apresento a experiência da UFRGS na realização do Programa Conexões de Saberes. Mais do que apresentar resultados obtidos interessa-me utilizar ilustrativamente esta experiência para discutir a contribuição da Universidade, bem como as possibilidades que podem advir de uma ação articulada de universidades, enquanto centro gerador de saberes, com comunidades e escolas públicas por meio da atuação dos estudantes universitários. Simultaneamente, inserindo-se o Programa entre as ações afirmativas que visam a garantir a permanência de alunos de origem popular no ensino superior, esta experiência aponta possibilidades de conjugação de políticas que aprofundam a relação com a sociedade ao mesmo tempo em que promovem a inclusão social. São várias, portanto, as dimensões que esta experiência permite discutir, tendo como horizonte estimular o debate sobre estratégias de atuação para a promoção dos direitos humanos.

Nas seções seguintes apresentaremos as duas dimensões centrais do Programa, primeiramente uma apresentação das ações afirmativa dentro do qual o Programa se insere como uma política de permanência e após sua proposta de integração entre Universidade e sociedade por meio de ações construídas conjuntamente com os parceiros e comunidades.

1. Políticas de ações afirmativas no ensino superior brasileiro

O sistema de ensinos superior tem sido um terreno de disputas pela implementação de ações afirmativas, movidas em grande parte pelo reconhecimento da enorme dificuldade que pobres, negros e indígenas enfrentam para ingressar neste nível de ensino. Há um evidente descompasso entre a participação destes grupos na população total e sua rara presença nas universidades. No Brasil o ingresso ao ensino superior se dá por meio de concorridos processos seletivos, especialmente nas universidades públicas, que requerem uma base sólida adquirida ao longo do ensino básico, que ainda assim, particularmente quando se pleiteia cursos mais requisitados, muitas vezes não é suficiente para o ingresso. É freqüente que os alunos não obtendo sucesso na primeira ou segunda tentativa passem a realizar cursinhos preparatórios que não integram a rede pública de ensino e que portanto, não são acessíveis aos alunos provenientes de famílias de baixa renda. Esta situação desvantajosa é agravada pela qualidade inferior de grande parte das escolas públicas que padecem com falta de recursos e de professores qualificados.

A maioria das nossas universidades públicas, apesar da autonomia de que dispõem atualmente, tende a manter uma tradição quase centenária de usar o vestibular como o único ou principal instrumento para a seleção de seus estudantes. A idéia de exame vestibular está tão arraigada em nossas mentalidades que nós o naturalizamos como uma forma segura de medir o "mérito" entre os candidatos à universidade. No entanto, essas provas foram se aperfeiçoando, no seu afã seletivo, até se tornarem um verdadeiro leito de Procusto, que só consegue ser enfrentado por aqueles que dispõem de capital cultural e recursos materiais que os diferencie dos demais concorrentes. Passar em certos cursos exige um longo e penoso preparo (Oliven, 2009:11).

Desta forma o ensino superior ao invés de promover a mobilidade social se converte em espaço de reprodução de desigualdades. As políticas de ações afirmativas foram implementadas no ensino superior brasileiro com o objetivo de proporcionar oportunidades de ingresso a estudantes pertencentes a grupos étnicos e socioeconômicos historicamente desfavorecidos em relação àqueles que tiveram ao longo de sua vida acesso a melhores escolas e assim obtêm uma vantagem nos processos seletivos e sub-representados se consideramos sua representatividade no conjunto da população (Silva, 2006). Há

uma multiplicidade de modelos adotados pelas universidades que envolvem cotas raciais e cotas sociais, com predomínio desta última, seja por meio de bônus ou reservas de vagas. No Brasil, as cotas sociais foram mais aceitas do que as raciais, foco de muitas resistências. É importante sublinhar que embora o debate sobre ações afirmativas tenha assumido um caráter transnacional, as configurações específicas verificadas em cada país revelam as idiosincrasias locais. Segundo Silva:

No Brasil, embora o sistema universitário nunca tenha excluído oficialmente os negros, o acesso geral à educação superior sempre foi extremamente seletivo, com os brancos tendo chances muito maiores de admissão nas universidades mais concorridas. Na última década, o sistema educacional superior expandiu-se no segmento privado e as universidades públicas de maior prestígio permanecem extremamente seletivas (instituições federais e estaduais com acesso gratuito aos estudantes). Ironicamente, a falta de um sistema segregado (ou a inexistência de universidades historicamente negras) torna a baixa representatividade de estudantes de graduação negros na universidade brasileira ainda mais intensa que em países com políticas segregacionistas, como os Estados Unidos e a África do Sul (Silva, 2006:137).

Entre 2001 e 2010, vinte e nove universidades públicas brasileiras adotaram políticas de ações afirmativas, aplicadas na forma de cotas sociais e/ou raciais, destas dez são universidades estaduais, dezesseis são federais, duas são centros tecnológicos e uma é do distrito federal, distribuída em dezoito estados e no distrito federal. Estudos sobre os sistemas de cotas nas universidades brasileiras têm apontado um campo de disputa intenso e especialmente conflagrado quando o tema são as cotas raciais (Munenga, 2001; Oliven, 2009; Moehlecke, 2002; Silva, 2006; Guimarães, 1999). Silva (2006), em estudo comparativo sobre as ações afirmativas no Brasil e na África do Sul lança mão de uma tipologia para analisar os argumentos que justificam a adoção das cotas. Segunda a autora, as justificativas podem ser construídas em torno dos argumentos da diversidade, da inclusão, da reparação e do capital humano, sendo que no Brasil os argumentos mais fortes são da inclusão social e da diversidade.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) estabeleceu em 2008 a reserva de 30% das vagas para alunos egressos da rede de escolas públicas, sendo que deste percentual, 15% seria destinado para alunos autodeclarados negros, conjugando os critérios de cotas sociais e cotas raciais.

Art. 1º - Fica instituído o Programa de Ações Afirmativas, através de Ingresso por Reserva de Vagas para acesso a todos os cursos de graduação e cursos técnicos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, de candidatos egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio, candidatos autodeclarados negros egressos do Sistema Público de Ensino Fundamental e Médio e candidatos indígenas. (UFRGS, Decisão 134/2007- CONSUN).

Para os candidatos indígenas fora criado um sistema diferenciado que consistiu na criação de dez novas vagas distribuídas nos cursos escolhidos pelas comunidades indígenas reconhecidas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Os alunos que ocuparão estas vagas são indicados pelas comunidades, não sendo submetidos aos exames seletivos usuais.

Esta decisão representou a ampliação do acesso a grupos desfavorecidos, conforme indicam os dados divulgados pela Pró-Reitoria de Graduação da Universidade, por ocasião do I Seminário das Ações Afirmativas da UFRGS, realizado em 2010. Em relação ao perfil dos inscritos a reserva de vagas não teve impacto relevante na proporção de inscritos egressos de escolas públicas; em 2007, antes da implantação do sistema de cotas 38,78% dos inscritos eram provenientes de escolas públicas e em 2009 (último dado disponível) passou para 39,36%. Há um pequeno crescimento na inscrição de egressos de escolas públicas em cursos com maior densidade, enquanto se registra um leve declínio nas inscrições nos cursos com menor densidade que tradicionalmente eram procurados por alunos de escolas públicas que não se sentiam preparados para disputar uma vaga em cursos mais concorridos. Ainda que a mudança seja pequena pode indicar uma mudança no perfil dos cursos disputados pelos alunos de escolas públicas. Em relação aos autodeclarados negros, observa-se um crescimento no número de inscritos de 5,20% em 2007 para 6,77% em 2009, com crescimento das inscrições em cursos de alta, média e baixa densidade.

Mas é em relação aos indicadores de classificação dos alunos autodeclarados negros que as diferenças mais importantes se revelam. O número de classificados aumentou de 3,27% em 2007 para 9,79% em 2009, modificando também a demanda por cursos de média densidade que passaram a ser buscados por um número maior de alunos autodeclarados negros. Para este grupo, a probabilidade de classificação no processo seletivo aumentou de 2,72 a 3,10 vezes, considerando a probabilidade verificada em 2007 (Tabela 1).

O acesso ao ensino superior tem ampliado na última década, ainda que muito distante do ideal de igualdade de condições e tangenciando a questão das cotas raciais. De qualquer forma o que se obteve neste campo até o momento é seguramente um importante e decisivo passo. Conjuntamente a questão da permanência deve ser enfrentada, uma vez que o acesso por si só não garante que os alunos ingressantes concluam seus estudos, dados os custos envolvidos com moradia, alimentação, transporte, aquisição de materiais didáticos, entre outros decorrentes da vida acadêmica.

Tabela 1. Egressos de escolas públicas entre os classificados no curso vestibular da UFRGS. (%)

| Densidade no CV* | 2007 | | 2008 | | 2009 | |
|------------------|------------------------|---------------------|------------------------|---------------------|------------------------|---------------------|
| | Egresso Escola pública | Autodeclarado negro | Egresso Escola pública | Autodeclarado negro | Egresso Escola pública | Autodeclarado negro |
| Baixa densidade | 39,70 | 5,42 | 52,50 | 12,96 | 51,33 | 9,81 |
| Média densidade | 33,86 | 3,20 | 51,22 | 12,24 | 48,10 | 11,43 |
| Alta densidade | 22,15 | 1,43 | 45,13 | 8,06 | 43,86 | 7,74 |
| Geral | 31,68 | 3,27 | 49,87 | 11,03 | 47,83 | 9,79 |

Fonte: I Seminário das Ações Afirmativas da UFRGS, 2010.

* Baixa densidade: Razão candidatos/vagas < 5,0; Média densidade: Razão candidatos/vagas entre 5,0 e 9,0; Alta densidade: Razão candidatos/vagas > 9,0

As políticas institucionais de permanência precisam ser construídas, uma vez que o temos no Brasil são experiências heterogêneas e ainda pontuais. É importante considerar que a permanência vai além do aporte financeiro e implica também a promoção da apropriação simbólica da universidade como um espaço seu por parte dos alunos. Os alunos ingressantes pelo sistema de cotas são antes de tudo alunos da universidade e como tal devem ser reconhecidos, e nesta direção é necessário garantir os elementos que lhes permitam construir uma trajetória acadêmica exitosa e completa, tal como seus colegas. Segundo Moehlecke (2002) o acesso e permanência requerem um conjunto de ações que, além das mudanças no sistema de ingresso já analisadas anteriormente, envolvem:

- a) aulas de complementação, que envolveriam cursos preparatórios para o vestibular e cursos de verão e/ou de reforço durante a permanência do estudante na faculdade; b) financiamento de custos, para o acesso e permanência nos cursos, envolvendo o custeio da mensalidade em instituições privadas, bolsas de estudos, auxílio-moradia, alimentação e outros (Moehlecke, 2002: 207).

Em relação às atividades pedagógicas complementares estas ocorrem em dois momentos, no período anterior ao ingresso na universidade como uma alternativa popular aos cursinhos pré-vestibulares e no período posterior ao ingresso para garantir aos alunos iguais oportunidades de obter bom desempenho acadêmico. Estando fora do sistema público de ensino os cursinhos preparatórios aos exames seletivos para ingresso na universidade não são ofe-

recidos pelas instituições. Na UFRGS os diversos cursinhos populares existentes são geridos por organizações não-governamentais, por projetos e mesmo por alunos e a Universidade apenas oferece suportes variados como a cedência do espaço físico, bolsas para remunerar os professores voluntários e apoio para confecção de materiais didáticos. Em relação às atividades pedagógicas para os alunos da Universidade a Pró-Reitoria de Graduação criou em 2010 o Programa de Apoio à Graduação (PAG) que se são atividades de reforço acadêmico em inglês, português, química, física e cálculo para melhorar o desempenho acadêmico dos estudantes.

Quanto ao financiamento dos custos relativos à permanência no ensino superior há duas modalidades distintas no país. Nas universidades pertencentes ao setor privado, alunos de origem popular podem ingressar por meio de um programa governamental, criado no ano de 2005, denominado Programa Universidade para Todos (Prouni) que concede bolsas de estudo integrais ou parciais para o pagamento das matrículas nas instituições nas quais realizam seus estudos. Segundo Oliven (2009):

As instituições recebem isenções de certos impostos e em contrapartida devem oferecer 10% a 20% de suas vagas para estudantes de escolas públicas. Entre esses alunos leva em consideração o percentual de negros e indígenas da população do estado onde se encontra o estabelecimento de ensino. Dentro desse percentual o PROUNI reserva, também, bolsas aos candidatos portadores de deficiência e aos autodeclarados pretos, pardos ou índios. O percentual de cotas raciais deve ser igual àquele de cidadãos pretos, pardos e índios, por unidade da Federação conforme o último censo (Oliven, 2009: 13).

Nas universidades públicas não há cobrança de taxas de matrícula e as políticas de financiamento de custos variam entre elas, uma vez que se tratam de instituições autárquicas com autonomia para definir as políticas internas. Na UFRGS, a maior parcela das iniciativas de auxílio e financiamento estão vinculadas à Secretária de Assistência Estudantil (SAE) que oferece, preferencialmente para alunos de baixa renda, moradia estudantil, restaurante universitário com preços reduzidos, auxílio material de ensino, auxílio transporte para moradores da região metropolitana, auxílio saúde, bolsas de treinamento ou permanência com contrapartida de 20 horas de trabalho semanal e auxílio creche. Adicionalmente, por iniciativa do governo federal, bolsas de iniciação à pesquisa e bolsas do Programa de Educação Tutorial estão sendo oferecidas para alunos com perfil de baixa renda, ingressantes ou não pelo sistema de reserva de vagas.

A estas três ações – mudança nos sistemas de ingresso, apoio pedagógico e financiamento dos custos – é necessário acrescentar uma quarta, relativa à construção de espaços de acolhimento e de apoio, nos quais seja possível aos alunos compartilharem suas experiências, valorizando suas trajetórias e reconhecendo-se como iguais favorecendo tanto a construção de uma identidade

coletiva e o pertencimento ao espaço acadêmico, quanto à oferta de condições para uma inserção e atuação qualificada no ambiente acadêmico.

2. Universidade e sociedade: a construção de um novo padrão de interação

O distanciamento da universidade em relação à sociedade, em especial, das comunidades populares é o calcanhar de Aquiles cujo enfrentamento requer a construção de pontes e de interlocução. As universidades públicas, sobretudo as federais, são centros de excelência na geração e difusão de conhecimento, integradas a redes de interlocução, de pesquisa e de parceria com outras universidades do país e de outros países. Apoiadas na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão as universidades federais são assimetricamente centradas no ensino e na pesquisa, mais valorizados tanto do ponto de vista simbólico, quanto pelos sistemas de avaliação da produtividade docentes.

Nas últimas décadas as críticas tanto externas, quanto internas ao isolamento das universidades públicas têm deflagrado alguns movimentos, ainda que incipientes, rumo a uma maior interação. Especialmente a partir do final dos anos 1980 com a redemocratização do país e a renovação dos movimentos sociais as universidades brasileiras caminharam no sentido de estabelecer um compromisso social em torno do equacionamento dos problemas que atingem o país.

Integrado a este movimento o Fórum de Pró-Reitores de Extensão de Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) tem atuado ativamente para estabelecer os novos parâmetros para a extensão. Em 1992 é produzido pelo Fórum um dos primeiros documentos "A extensão universitária no Brasil: a contribuição ao diagnóstico" no qual é explicitada esta nova visão acerca da extensão universitária. Neste documento é afirmada a relação indissociável da extensão com a pesquisa e o ensino; a interação entre universidade e sociedade regida pela troca de saberes acadêmico e popular; o compromisso social com a igualdade e o desenvolvimento particularmente das comunidades locais e regionais e a interdisciplinaridade das ações de extensão (FORPROEX, 2001).

A extensão, nesta perspectiva, é espaço privilegiado de produção de conhecimentos, os quais se constroem a partir do diálogo com outros saberes, se fecunda pela pesquisa e dinamiza o ensino e a vida acadêmica. Busca-se superar uma visão da extensão, ainda corrente, que a reduz a disseminar conhecimentos produzidos, atuar na prestação de serviços e assistência e na difusão cultural.

A conceituação assumida pelos Pró-Reitores expressa uma postura da universidade diante da sociedade em que se insere. Sua função básica de produção e de socialização do conhecimento, visando a intervenção, na realidade, possibilita acordos e ação coletiva entre universidade e população. Por outro lado, retira o caráter de terceira função da extensão, para dimen-

sioná-la como filosofia, ação vinculada, política, estratégia democratizante, metodologia, sinalizando para uma universidade voltada para os problemas sociais com o objetivo de encontrar soluções através da pesquisa básica e aplicada, visando realimentar o processo ensino-aprendizagem como um todo e intervindo na realidade concreta (FORPROEX, 2011: 3).

A transformação pretendida vai além da extensão universitária e envolve repensar a própria universidade, os conhecimentos produzidos e os vínculos sociais, o que esbarra em uma prática histórica e em um bem estabelecido sistema de validação e reconhecimento acadêmico que tradicionalmente não valoriza e pontua desigualmente as ações de pesquisa, de ensino e de extensão. Sem dúvida, este é um desafio imenso que se apresenta pela frente. Apenas para dar um exemplo, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, princípio norteador das universidades públicas brasileiras, esbarra frequentemente na própria estrutura universitária organizada em torno de Pró-Reitorias separadas de ensino, de pesquisa e de extensão e de sistemas de registros que requerem a classificação das ações em uma destas três áreas.

Convergente com este novo contexto e articulado às políticas de ações afirmativas no ensino superior o Programa Conexões de Saberes foi criado pelo governo federal em 2004, vinculado à Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (SECAD). O Conexões de Saberes teve origem em um projeto do Observatório de Favelas do Rio de Janeiro, uma OSCIP cuja tecnologia social que estruturava suas ações foi tomado como referencia para o Programa.

O Programa organiza-se em torno de dois eixos, um “[de] fortalecimento dos vínculos entre as instituições acadêmicas e as comunidades populares e, outro, de melhoria das condições que contribuem para que estudantes universitários de origem popular vivenciem uma permanência qualificada nos cursos de graduação das universidades públicas brasileiras, ressaltando a perspectiva de continuidade da trajetória acadêmica em cursos de pós-graduação”.

O diferencial do Programa Conexões reside na visão ampliada acerca da questão da permanência, cuja pauta além dos aspectos socioeconômicos, incorpora dimensões sociais, culturais e políticas. Desde este ponto de vista, atuar para garantir a permanência passa pela oferta de bolsas para alunos de origem popular, mas também pela promoção da valorização das suas trajetórias e estímulo para a construção de uma identidade coletiva entre estes estudantes.

Articulado à permanência, porquanto igualmente promove uma resignificação da universidade, o segundo eixo é a troca entre os saberes das comunidades populares e os saberes acadêmicos, reconhecendo a importância dos saberes tradicionais e promovendo uma valorização dos mesmos.

Estes dois eixos correspondem ao objetivo geral do Programa de “Desenvolver ações inovadoras que ampliem a troca de saberes entre as comunidades populares e a universidade, valorizando o protagonismo dos estudantes

universitários de origem popular, e contribuam para a democratização do acesso e permanência no ensino superior público”.

A concretização deste objetivo geral envolve três frentes de atuação, uma político-institucional, uma acadêmica e outra de relacionamento com as comunidades. A formação acadêmica dos alunos no Programa busca proporcionar formação como extensionistas e pesquisadores, o que permitiria uma atuação mais qualificada tanto no espaço acadêmico, quanto nas comunidades populares. Adicionalmente esta ação contribui para a permanência dos alunos, ao atuar positivamente para a redução da evasão e para a obtenção de sucesso acadêmico. É interessante observar que ao mesmo tempo em que o Programa Conexões promove uma formação política, ao atribuir centralidade à questão da valorização das trajetórias dos alunos de origem popular, também visa, desde sua origem proporcionar aos alunos condições de construir uma trajetória acadêmica bem sucedida. A diretriz relativa à interação entre comunidade e universidade preconiza um encontro entre saberes diferentes, dotados de especificidades que não os tornam melhores ou mais importantes. Esta perspectiva implica reavaliar antigas práticas extensionistas que por vezes tomam o saber acadêmico como superior aos demais e os impõe às comunidades populares. Trata-se da construção de um exercício de escuta, de tolerância e de reconhecimento e aceitação das diferenças, que modifica profundamente a visão que a universidade tem das comunidades e contribui para que os alunos, vindos destas mesmas comunidades populares, não sintam seus saberes desvalorizados perante os saberes acadêmicos.

Por fim, a diretriz acerca dos aspectos políticos-institucionais é composta por dois âmbitos, o local no qual a política se realiza nas IFES e o nacional, onde coloca-se como objetivos a formulação de uma política nacional de ações afirmativas. Esta última diretriz, dentre as três, é a mais frágil, pois o grau de institucionalização e a contrapartida oferecida pelas IFES são muito desiguais no país e quanto à política nacional de ações afirmativas pouco se avançou. Mais do que uma diretriz no sentido forte do termo, os aspectos político-institucionais estão no terreno dos resultados esperados, que decorreriam do fortalecimento e difusão do Programa entre as universidades brasileiras. Por ora e enquanto não se converter em política ele padecerá dos limites de alcance, característicos de um Programa, o que não lhe permite incidir diretamente sobre níveis superiores de planejamento.

3. Conexões de Saberes na UFRGS

Na UFRGS o Programa Conexões de Saberes iniciou suas atividades em setembro de 2005, inicialmente com 25 bolsistas, tendo atingido o número máximo de 130 bolsistas que atuaram em cerca de 180 escolas, em 24 municípios do estado do Rio Grande do Sul. No ano de 2010, ainda em execução durante o ano de 2011, o Programa teve reduzido por Edital o número de alunos

atendidos a 40 bolsistas, encerrando a parceria com o Programa Escola Aberta. O Programa tem como objetivos:

- "Reforçar o desenvolvimento de projetos de extensão-ensino-pesquisa que promovam o encontro e a troca de saberes e fazeres entre as comunidades populares e a universidade, a partir da articulação estabelecida entre esses territórios sociais com a escola pública.
- Ampliar a inserção dos estudantes universitários de origem popular em comunidades de baixa renda, através da promoção de ações de educação, direitos humanos, arte e cultura junto às escolas localizadas em espaços populares. "1

O Programa é, ao mesmo tempo, um programa de apoio à permanência na Universidade e, portanto voltado para alunos de classes populares, e um programa de estímulo e troca de saberes entre alunos universitários e comunidades de baixa renda. O principal critério de seleção dos alunos é o pertencimento às classes populares, mensurado pela renda e em contrapartida à atuação no Programa os alunos recebem uma bolsa mensal, registrada como atividade de extensão o que permite sua inclusão no currículo acadêmico dos alunos, contribuindo para a sua formação universitária.

As diretrizes gerais que norteiam o Programa, estabelecidas no âmbito federal², fornecem uma orientação para as universidades atuarem, porém as configurações finais são bastante diferenciadas. Na UFRGS o Programa foi regido pela idéia-força de que a Universidade é estruturada sobre o tripé ensino-pesquisa-extensão e, portanto, aos alunos deveria ser oferecida a possibilidade de vivenciar estas três práticas articuladamente.

Quanto aos conteúdos, o Programa teve uma forte ênfase nas ações afirmativas e, a partir da segunda edição, na promoção dos direitos humanos, com a realização de atividades de formação na área para preparar os alunos universitários, oriundos dos mais diferentes cursos de graduação, para atuarem nas comunidades e com alunos de escolas públicas. Na edição do ano de 2010 foram incluídas formações específicas em cultura, identidade e patrimônio e em meio-ambiente e

- 1 Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Complemento do Termo de Referência do Programa Conexões de Saberes**: diálogos entre a universidade e as comunidades populares para o ano de 2007. Brasília, 2007.
- 2 Ver especialmente: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Termo de Referência para execução no ano de 2007 do Programa Conexões de Saberes**: diálogos entre a universidade e as comunidades populares. Brasília, 2007.

saúde. Após um período de formação inicial, com duração média de 90 horas, os alunos conceberam, prepararam e realizaram atividades nas comunidades e oficinas em escolas públicas. As oficinas realizadas abordaram questões como discriminação, resgate da cultura local, meio-ambiente, preconceito, tolerância, violência, entre outros. A orientação teórica e pedagógica para a realização de oficinas preparou os alunos para a tradução dos temas abordados em linguagem lúdica e adequada aos diferentes perfis de público.

Em relação à atuação dos alunos havia duas preocupações centrais por parte da Universidade, a primeira era preparar os alunos para a atividade, evitando que eles fossem "a campo" sem estar devidamente preparados para enfrentar situações difíceis e temáticas complexas e polêmicas. Para tentar minimizar esta dificuldade houve um longo período de formação ministrada por docentes da própria Universidade e convidados, de formações muito diversas como Teatro, Letras, Ciências Sociais, Psicologia, Biociências e Educação. Embora os alunos estivessem ansiosos por partir imediatamente para as escolas a fim de realizar as oficinas, estas atividades preparatórias foram essenciais para o bom desempenho do Programa. A segunda preocupação era garantir uma visão renovada da atividade de extensão, não como intervenção unidirecional da universidade "sobre" a comunidade, mas como uma troca de saberes, o que implica o reconhecimento e valorização de saberes não-acadêmicos. Esta é uma questão importante na qual nem sempre se obteve êxito, embora tenha sido intensamente tratada nas atividades formativas. O que percebemos é que entre os alunos universitários se fortalece um habitus acadêmico que não poucas vezes se constrói em antagonismo e destituindo outros saberes não-acadêmicos.

Além da experiência de promoção de um diálogo entre saberes acadêmicos e não-acadêmicos e de integração entre teoria e prática (a conversão da discussão "acadêmica" sobre direitos humanos em oficinas que foram desenvolvidas em uma linguagem lúdica para crianças e adolescentes), houve uma concertação entre diferentes atores sociais - da Universidade, de organizações sociais e das escolas públicas -, visando a construção integrada da ação. Esta foi uma das maiores dificuldades encontradas e onde, seguramente os avanços foram menores, pois existe a necessidade de articular três redes institucionais diferentes (universidade, redes municipal e estadual de ensino) e organizações comunitárias que possuem formas de organização e ritmos diferentes, além de outras demandas que ocorrem simultaneamente e demandam tempo e atenção.

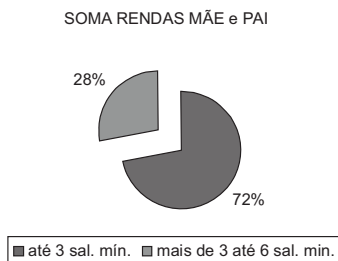
4. Perfil dos alunos selecionados

Na primeira edição do Programa, no ano de 2005 foram selecionados 25 bolsistas, no período 2006/2007 foram selecionados 93 alunos, dentre 283 inscritos, na terceira edição -2007/2008- foram selecionados 107 alunos, dentre 265 inscritos, os quais receberam uma bolsa de R\$ 300,00 durante a vigência do

Programa. Em 2010, edição ainda em vigência, foram selecionados 40 bolsistas dentre 79 inscritos. A seleção dos alunos seguiu as diretrizes gerais do Programa segundo a qual a soma da renda mensal dos pais (ou responsáveis pela criação) não poderia exceder a seis salários mínimos mensais. Além disso, foi estabelecida uma pontuação considerando os seguintes critérios: escolaridade dos pais ou responsáveis pela criação não superior ao ensino fundamental; morar ou ser oriundo de espaços populares; proveniência de escola pública; ter histórico de engajamento em atividades coletivas cidadãs em suas comunidades de origem; ser negro ou indígena. Os dados abaixo foram fornecidos pelos alunos no ato da inscrição para o Programa e referem-se ao ano de 2008.

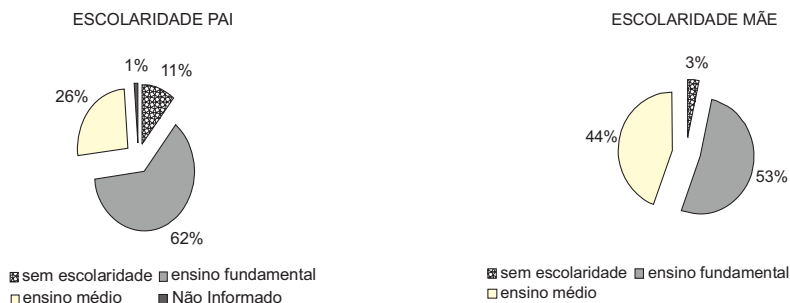
Os dados apresentados demonstram o alcance do perfil de alunos de baixa renda, oriundos de escola pública e cujos pais possuem, em sua maioria, apenas o ensino fundamental. Alunos com este perfil, que lograram ingressar em uma universidade pública, necessitam de políticas de apoio à permanência na Universidade, pois não contam com famílias em condições de fazer frente aos custos requeridos para a manutenção dos mesmos durante a graduação.

Gráfico 1. Renda dos pais dos alunos selecionados *



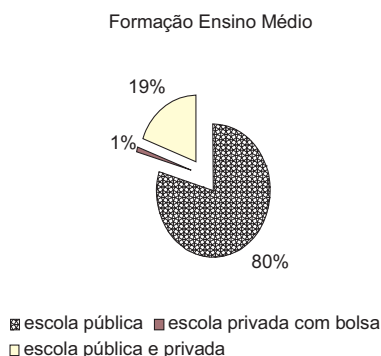
FONTE: DEDES – Departamento de Educação e Desenvolvimento Social – UFRGS.

Gráfico 2. Escolaridade do pai e da mãe dos alunos selecionados*



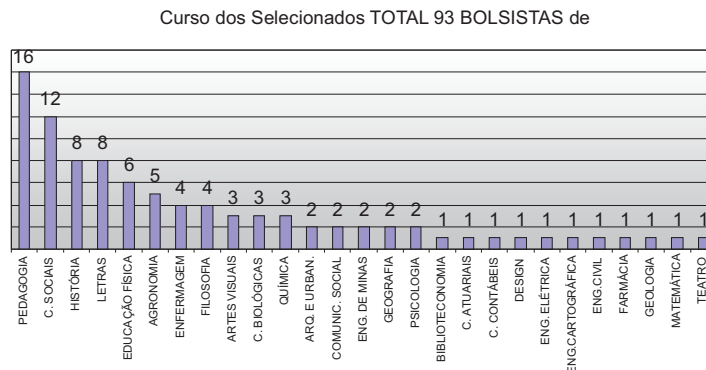
FONTE: DEDES – Departamento de Educação e Desenvolvimento Social – UFRGS.

Gráfico 3. Tipo de escola onde concluiu o ensino médio – alunos selecionados*



FONTE: DEDS – Departamento de Educação e Desenvolvimento Social – UFRGS.

Gráfico 4. Curso de origem dos alunos selecionados*



FONTE: DEDS – Departamento de Educação e Desenvolvimento Social – UFRGS.

O outro aspecto a destacar é a diversidade de cursos de origem dos bolsistas, uma vez que o Programa é aberto a alunos de todos os cursos da Universidade. A diversidade de experiências formativas acumuladas na graduação dos alunos participantes do Programa exigiu um esforço adicional na formação, uma vez que os tipos de conhecimentos trazidos eram bastante diferenciados. Esta diversidade, que inicialmente, gerou uma apreensão tanto entre os alunos, quanto entre os coordenadores do Programa se revelou bastante enriquecedora, pois oportunizou uma rara troca de conhecimento entre diferentes áreas de conhecimento.

5. Ações desenvolvidas

Dois formatos de funcionamento dos grupos foram adotados, aqueles que atuavam em escolas desenvolvendo oficinas foram organizados em duplas ou trios e aqueles que atuavam em um dos territórios junto às comunidades (em 2010 os territórios eram ações afirmativas, direitos humanos, meio ambiente e saúde e identidade, cultura e patrimônio) os grupos funcionaram com cerca de dez alunos. Os grupos foram formados após atividades de integração e de apresentação do Programa, sendo que os alunos indicavam suas preferências. Este formato é interessante por permitir uma vivência de trabalho em equipe, interlocução contínua e apoio mútuo.

No caso das duplas ou trios que atuaram em escolas públicas, os alunos deveriam desenvolver no mínimo oito oficinas, sendo que poucas duplas realizaram mais oficinas do que o número mínimo previsto. Estas oficinas foram organizadas em duas áreas – direitos humanos e leitura -, conforme diretrizes nacionais. Contudo no decorrer da formação foi havendo uma aproximação de ambas, de forma que a temática direitos humanos entendida de forma ampla, perpassava todas as oficinas, da mesma forma que a leitura, que na UFRGS foi abordada por meio de um enfoque na oralidade popular, foi um caminho para abordar a temática dos direitos humanos³. Além disso, após a primeira edição a avaliação realizada pelos alunos indicou que o pouco tempo de permanência em cada escola (duas oficinas em cada escola) não permitia a formação de vínculos mais fortes com a comunidade, nem o esperado retorno dos mesmos para a realização de mais oficinas, uma demanda freqüente da comunidade. Desta forma, na edição seguinte cada dupla ficou responsável por duas escolas (em vez de quatro, como ocorreu na primeira edição), nas quais permaneceram por mais tempo, desenvolvendo oito oficinas em cada uma.

As oficinas foram inteiramente planejadas pelos alunos, em acordo com o objetivo de articulação das dimensões ensino-pesquisa-extensão. Antes do início do planejamento das oficinas os alunos receberam orientações sobre realização de pesquisa em comunidades populares e só após a conclusão da mesma e da elaboração de um breve diagnóstico sobre os locais onde iriam atuar é que deram início ao planejamento. A valorização do diagnóstico como parte imprescindível do processo de formação foi se construindo ao longo do tempo e está intimamente ligada à idéia de que é preciso compreender a comunidade onde se vai atuar, entender suas especificidades e reconhecer os saberes locais para de fato promover um diálogo de saberes ao invés de uma im-

3 Na edição atual, que está em andamento esta divisão foi suprimida formalmente.

posição de temática alheia aos interesses locais. Esta pesquisa inicial permitiu também a identificação demandas e potencialidades locais, auxiliando na aproximação e na construção conjunta das ações a serem desenvolvidas.

As ações propostas, as atividades e as oficinas buscaram agregar as discussões com especialistas realizadas durante a formação com as descobertas realizadas na pesquisa conduzida pelos alunos. Por fim, após submeter o planejamento das atividades aos coordenadores de território os alunos eram orientados a fazer reformulações ou eram liberados para o início das ações.

Ao final das atividades os alunos são orientados a redigir um relatório sobre todo o período de participação no Programa, conforme um roteiro apresentado durante o período de formação. Este relatório tem várias finalidades, uma delas diz respeito ao aspecto formal de prestação de contas do uso do dinheiro público, estimulando a responsabilidade por parte dos alunos de oferecer uma contrapartida ao recebimento da bolsa mensal. Considera-se que a bolsa, que tem por função apoiar a permanência deste aluno na Universidade, não deve visar apenas a garantir os meios econômicos para a manutenção do aluno, mas também meios efetivos para o crescimento do aluno como profissional e como cidadão, não se confundindo, portanto, como assistencialismo. Além disso, a construção do relatório oportuniza a reflexão sobre a trajetória deste aluno, sua relação com o Programa e com a Universidade, permitindo encerrar sua participação não apenas com um produto acadêmico, mas também encerrando reflexivamente um ciclo de aprendizado. Por fim, para coordenadores e gestores do Programa, o relatório permite identificar pontos frágeis e dificuldades que podem ser objeto de melhorias nas edições futuras, como tem efetivamente ocorrido todos os anos. O Programa, como foi dito inicialmente, é inovador e está em construção, portanto sujeito a reformulações que, se realizadas sistematicamente, podem ser a garantia de obtenção de melhores resultados. Ao longo das edições houve algumas mudanças nos territórios, nos espaços sociais e geográficos de atuação e na forma de organização dos alunos. Em alguns anos, em uma única edição, o Programa chegou a atender 188 escolas, nas quais foram realizadas cerca de 140 oficinas, durante a segunda edição do Programa, 1.479 pessoas participaram das oficinas de direitos humanos e 1.475 das oficinas de leitura, com uma expressiva participação de crianças e adolescentes. Estes números indicam bem o alcance e potencial deste tipo de ação. Em outros, conforme as parcerias estabelecidas, o foco foi reorientado para organizações comunitárias e ocorreu uma concentração espacial em um número menor de regiões, porém com uma presença mais continuada, diversificada e sistemática, que fora demandada pelas comunidades e pelos próprios alunos.

Considerações Finais

O objetivo geral desse Programa é promover o encontro e a troca de saberes entre a universidade e as comunidades locais, particularmente de baixa renda, inscrevendo-se ao mesmo tempo no campo das políticas afirmativas voltada para a permanência na universidade de jovens oriundos de famílias de baixa renda. Em países como o Brasil, marcado por profundas desigualdades sociais assentadas sobre diferenças socialmente construídas, a universidade pública não pode esquivar-se de seu compromisso ético com estes grupos, que apesar de serem a maior parte da população, encontram-se distantes e sub-representados em nossas universidades.

A presença de alunos de universidade pública em periferias já causa em si um primeiro estranhamento para ambas as partes. Do lado dos alunos da Universidade a surpresa decorre da percepção que muitos estudantes de escolas públicas desconhecem a existência de universidade pública e gratuita, na qual poderiam vir a estudar. Esta é uma expressão muito clara e extremamente preocupante da desigualdade existente no país, uma vez que aponta para uma conformidade com a atual situação. Há reiterados relatos dos alunos que estiveram nas comunidades de que os estudantes das escolas públicas sequer vislumbram a possibilidade futura de vir a ingressar no ensino superior, especialmente em uma universidade pública com reconhecido grau de qualidade.

Do lado dos alunos das escolas públicas há uma surpresa evidente que se desdobra em curiosidade ao descobrirem que estes universitários possuem uma origem popular, com histórias similares às vivenciadas por eles. Esta mobilização gerada pelo encontro de dois universos diferentes e ao mesmo tempo pontuados por trajetórias comuns é um dos principais ganhos do Programa.

O que se deseja é produzir experiências plurais, diversificadas e mutuamente enriquecedoras, que se concretizam por meio das vivências que muitos de nossos alunos têm desses ambientes dada sua origem popular, cimentada pela realização de ações que permitem jogar luz sobre temas como desigualdade, diferença e justiça social. Desta forma, acreditamos ser possível contribuir para a valorização da Educação Básica e da escola pública como espaço de formação intelectual e para a promoção de uma troca de saberes com as comunidades, pautada pelo respeito e pelo aprendizado que energiza a vida acadêmica.

Enquanto ação afirmativa voltada à permanência este tipo de iniciativa pode vir a se tornar um instrumento notável na promoção da inclusão social e da diversidade na universidade. Neste sentido ela representa uma medida concreta que busca contribuir para a construção de um país mais igualitário, de um lado por meio do apoio à permanência dos jovens universitários e, de outro, pela promoção dos princípios de igualdade e de respeito à diversidade e à diferença, que é um eixo orientador das ações realizadas pelos alunos.

Referências

- FORPROEX. O Plano Nacional de Extensão Universitária. Coleção Extensão Universitária FORPROEX, vol. I, 2011. Disponível em: <http://www.renex.org.br/>
- FORPROEX. Avaliação Nacional da Extensão Universitária. MEC/Sesu; UFPR; UESC, 2001.
- GUIMARÃES, A. S. A. Racismo e anti-racismo no Brasil. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Editora 34, 1999.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Complemento do Termo de Referência do Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares para o ano de 2007. Brasília, 2007.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Termo de Referência para execução no ano de 2007 do Programa Conexões de Saberes: diálogos entre a universidade e as comunidades populares. Brasília, 2007.
- MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, n. 117, novembro/dezembro de 2002.
- OLIVEN, Arabela Campos. Ações afirmativas nas universidades brasileiras: o debate e a prática. Preparado para ser apresentado na Reunião da Associação de Estudos Latino-Americanos (LASA), de 2009, no Rio de Janeiro, Brasil, de 11 a 14 de junho de 2009.
- PIOVESAN, Flavia. Ações afirmativas da perspectiva dos direitos humanos. Cad. Pesqui. [online]. 2005, vol. 35, n. 124 [cited 2009-06-10], pp. 43-55. Available from: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742005000100004&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0100-1574. doi: 10.1590/S0100-15742005000100004.
- SILVA, Graziella Moraes Dias da. Ações afirmativas no Brasil e na África do Sul. Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, n. 2 pp. 131-165.
- UFRGS. Decisão 134/2007- CONSUN.